



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181161 - SP (2021/0218517-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**

SUSCITANTE : INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : IESA OLEO&GAS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : SADEFEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : TT BRASIL ESTRUTURAS METÁLICAS S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS E OUTRO(S) - SP122443
IVO WAISBERG - SP146176
LUIZ JOSÉ MARTINS SERVANTES - SP242217
ALEXANDRE FOCESI GALVÃO - SP345922

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP

SUSCITADO : JUÍZO DA 12ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ

INTERES. : JURANDIR DA CONCEIÇÃO TOBLIB

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES e OUTRAS, todas em recuperação judicial, em que apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO (SP) e o JUÍZO DA 12ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO (RJ).

A recuperação judicial das suscitantes foi deferida em 15/9/2014 pelo Juízo

de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, com a determinação de suspensão das ações e execuções movidas contra as recuperandas (fls. 218-222).

As suscitantes alegam que o "Juízo suscitado da 12ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, arvorando-se em competência que não possui, determinou a realização de bloqueio de patrimônio das Suscitantes. A determinação resultou em um bloqueio datado de 16/6/2020 (muito após o pedido de recuperação judicial das Suscitantes, portanto) no valor de R\$ 1.964.052,20 (um milhão, novecentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e dois reais e vinte centavos), que recaiu sobre quotas pertencentes à Suscitante IESA Óleo e Gás S.A. em um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC), escrituradas perante a Oliveira Trust DTVM S.A." (fl. 6).

Aduzem que, em seguida, "o MM. Juízo suscitado da 12ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ converteu o bloqueio em penhora, privando as Suscitantes de seus ativos sem sequer consultar o MM. Juízo suscitado da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo/SP. As Suscitantes recorreram das decisões que determinaram medidas constritivas, mas o E. Tribunal Regional da 1ª Região manteve o entendimento (equivocado) do MM. Juízo suscitado da 12ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ" (fls. 6-7).

Defendem a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre seu patrimônio.

Postulam, liminarmente, "a suspensão de todos os atos constitutivos nos autos da execução nº 0010826-12.2014.5.01.0012, bem como a fixação da competência do MM. Juízo suscitado da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo/SP para decidir sobre as medidas urgentes que interfiram no patrimônio das Suscitantes, inclusive a destinação dos ativos já bloqueados" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, decidir, "durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência".

Ou seja, a urgência que autoriza a atuação em plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

Na espécie, o bloqueio de ativos financeiros das suscitantes ocorreu em 16/6/2020 (fl. 224). Verifica-se, portanto, que o ato construtivo não é recente, o que afasta a urgência do pedido liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior

deliberação pelo relator do feito.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente